



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

## RESOLUÇÃO Nº 24/2007

Aprova o Relatório conclusivo da Comissão de Julgamento – Prêmio Ruy Barbosa “Melhores Contas”. Ano base 2005.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,**  
no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução TCE/MT nº 08/2006,  
que institui o Prêmio Ruy Barbosa “Melhores Contas”, e

**Considerando** as condições e critérios para a entrega na honraria  
aos municípios mato-grossenses em 2007 – Ano base 2005 – estabelecidos pela  
Portaria TCE/MT nº 145/2007;

**Considerando** o relatório técnico conclusivo da Comissão de  
Avaliação e Validação, que tomou por base o relatório técnico conclusivo da  
Comissão de Apuração instituídas por meio da Portaria nº 127/2007.

### RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar o “Relatório Conclusivo da Comissão de  
Julgamento”, anexo a esta resolução, da qual passa a fazer parte integrante.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

**Publique-se.**



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

---

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 6 de novembro de 2007.

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI - Presidente

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS - Corregedor-Geral

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM

Conselheiro VALTER ALBANO - Vice-Presidente

Conselheiro JÚLIO CAMPOS

Conselheiro ALENCAR SOARES

Fui presente

Procurador de Justiça dr. MAURO DELFINO CÉSAR



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

## RELATÓRIO CONCLUSIVO COMISSÃO DE JULGAMENTO PRÊMIO RUI BARBOSA “MELHORES CONTAS” – ANO BASE 2005

Por meio da Resolução nº 08/2006, o TCE instituiu o Prêmio Rui Barbosa - “Melhores Contas”, regulamentado pela Portaria nº 145/2007, tendo como objetivo geral reconhecer o bom desempenho da administração na gestão dos recursos públicos, aferido por resultados que impactem positivamente a qualidade de vida da população, além da observância de limitadores constitucionais e legais.

Para tanto, foram definidas condições e indicados critérios objetivos para a seleção dos municípios a serem premiados, considerando-se, em 2007, a gestão relativa ao exercício 2005. Os trabalhos de apuração foram realizados pela Comissão de Apuração, sendo avaliados e validados pela Comissão de Avaliação e Validação e apreciados pela Comissão de Julgamento. Os integrantes dessas comissões foram nomeados pela Portaria nº 127/2007:

**Quadro 1 – Comissões – Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” – Ano Base 2005. TCE/MT**

COMISSÕES	COMPOSIÇÃO	CARGO
Comissão de Apuração	Osiel Mendes de Oliveira	Presidente da Comissão – Consultor de Orientação ao Jurisdicionado – Consultoria Técnica
	Luiz Eduardo Correa de Oliveira	Subsecretário de Controle Externo da Primeira Relatoria
	Élia Maria Antonieto	Subsecretária de Controle Externo da Terceira Relatoria
	Carlos Eduardo Amorim França	Subsecretário de Controle Externo da Quarta Relatoria
	Charles Conceição Ormond	Auditor Público Externo – Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria
Comissão de Avaliação e Validação	Risodalva Beata de Castro	Presidente da Comissão – Secretária-chefe da Consultoria Técnica



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

	Silvano Alex Rosa da Silva	Secretário de Controle Externo da Primeira Relatoria
	Edson José da Silva	Secretário de Controle Externo da Segunda Relatoria
	Miguel Augusto de Arruda e Silva	Secretário de Controle Externo da Terceira Relatoria
	Jaqueline Maria Jacobsen	Secretária de Controle Externo da Quarta Relatoria
	Marcílio Aureo da Costa Ribeiro	Secretário de Controle Externo da Quinta Relatoria
	Murilo Gonçalo Correa de Almeida	Secretário de Controle Externo da Sexta Relatoria
Comissão de Julgamento	Cons. José Carlos Novelli	Presidente da Comissão – Presidente do TCE/MT
	Cons. Valter Albano da Silva	Vice-Presidente
	Cons. Ary Leite de Campos	Corregedor Geral
	Cons. Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli	Conselheiro
	Cons. Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto	Conselheiro
	Cons. Júlio José de Campos	Conselheiro
	Cons. Alencar Soares Filho	Conselheiro

Fonte: TCE/MT

O Relatório Conclusivo da Comissão de Avaliação e Validação foi apresentado na data definida em plano de ação, sobre o qual apresentamos, a seguir, as nossas considerações.

## 1. A PREMIAÇÃO:

Assim se manifestou a Comissão de Avaliação e Validação em seu relatório técnico conclusivo:

De acordo com a Portaria nº 145/2007, espera-se, com a instituição desse Prêmio, maior efetividade das políticas públicas e a melhoria da qualidade da



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

gestão fiscal; a transparência dos atos de gestão; a participação popular, dos meios de comunicação e dos formadores de opinião na definição dos rumos de interesse da coletividade e na fiscalização da administração pública, contribuindo, dessa forma, para o exercício do controle social.

Esses resultados poderão ser aferidos por meio da avaliação dos resultados de políticas públicas pelo TCE/MT, atividade imprescindível para a verificação do impacto da atuação do Poder Público na qualidade de vida da população e para o estímulo ao exercício do controle social. Essa atividade teve início em 2007 e os resultados mais expressivos, de acordo com planejamento estratégico desta Corte de Contas, serão obtidos a partir da competência 2011.

Assim, foram definidas condições e critérios de gestão fiscal responsável para a escolha dos municípios a serem premiados em 2007, os quais, apesar de serem objetivos, s.m.j. não são suficientes para assegurar os resultados esperados, haja vista que o cumprimento dos limitadores constitucionais, legais e regimentais na realização da despesa pública e na prestação de contas, além de ser “dever” de todo e qualquer gestor de recursos públicos, nem sempre está associado à boa qualidade do gasto público e à efetiva participação popular. Isso pode levar o TCE/MT a premiar determinado município cujos limites de gastos e prazos para prestação de contas tenham sido cumpridos, sem que tenha havido a correspondente e necessária melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso, há grande risco, para o TCE/MT, de se conceder honraria a determinado município relativamente aos atos praticados em exercício pretérito (2005), sem levar em consideração os fatos negativos relevantes constatados nos períodos subseqüentes (2006 e 2007) e que podem macular a imagem da administração. Apesar das condições e critérios serem objetivos, a sociedade, via de regra, associará a premiação ao tempo presente, podendo interpretar indevidamente os resultados apresentados por esta Corte de Contas e denegrir a imagem da instituição.



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

Ainda há de se considerar que as condições e os critérios foram apurados tomando por base somente os resultados apresentados pela Prefeitura e Câmara Municipal, sem levar em consideração a administração pública indireta (autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, regimes próprios previdenciários, etc.)

Por essas razões, alertamos a Comissão Julgadora dos riscos de repercussão negativa dessa premiação junto à sociedade. Entretanto, em respeito à determinação imposta pela legislação já citada e no cumprimento das atribuições definidas pelas Portarias nº 127 e 145/2007, apresentamos as conclusões desta Comissão acerca do relatório da Comissão de Apuração, considerando as condições e os critérios estabelecidos.

Consideramos relevantes os argumentos apresentados, e, por esta razão, entendemos que deverão ser excluídos da relação dos municípios aptos a receberem a premiação em 2007 aqueles que tiverem suas contas anuais 2006 recebido parecer prévio contrário à aprovação ou julgadas irregulares pelo Tribunal Pleno, o que será demonstrado no item 5.

Também, aprovamos as sugestões da referida Comissão para o estabelecimento das condições e critérios para as premiações subseqüentes, também comentadas no item 6

## **2. CONDIÇÕES GERAIS PARA CONCORRÊNCIA AO PRÊMIO RUI BARBOSA “MELHORES CONTAS” – ANO BASE 2005:**

O direito de concorrer ao prêmio, em 2007, é assegurado aos Municípios que, relativamente ao exercício de 2005, não tenham sido objeto de denúncias julgadas procedentes e as contas anuais não tenham recebido Parecer Prévio Contrário ou sido julgadas irregulares pelo TCE/MT.



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_\_

Assim, de acordo com relatório apresentado pela Comissão de Avaliação e Validação, não atenderam as condições para concorrer ao Prêmio Rui Barbosa - “Melhores Contas” – Ano base 2005 - os seguintes Municípios, pelas razões especificadas:

**Quadro 2 – Municípios inabilitados a concorrer ao Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” –  
Ano base 2005. TCE/MT**

Município	Parecer Prévio Contrário		Julgamento Câmara Municipal - contas irregulares		Denúncias procedentes	
	Processo	Parecer	Processo	Acórdão	Prefeitura Municipal	Câmara Municipal
Alta Floresta	52361/2006	86/2006	50393/2006	698/2006	-	-
Alto Boa Vista	38644/2006	72/2006	-	-	255564/2005	-
Araputanga	48747/2006	70/2006	40487/2006	809/2007	-	-
Barão de Melgaço	79537/2006	151/2006	-	-	-	-
Barra do Bugres	46264/2006	141/2006	-	-	-	-
Bom Jesus do Araguaia	51578/2006	102/2006	-	-	26808/2006	-
Brasnorte	-	-	52035/2006	4/2007	-	-
Campinópolis	-	-	51446/2006	1305/2006	-	-
Colider	-	-	-	-	176699/2005 134066/2006	-
Comodoro	39446/2006	26/2006	-	-	-	-
Confresa	36854/2006	71/2006	-	-	-	-
Denise	34576/2006	49/2006	-	-	-	-
Gaúcha do Norte	58033/2006	35/2006	42773/2006	3205/2006	-	-
General Carneiro	-	-	47996/2006	1543/2006	168068/2005	-
Indiavaí	49271/2006	23/2006	-	-	-	-
Itanhangá	42102/2006	80/2006	51527/2006	3186/2006	-	-
Itaúba	38881/2006	67/2006	-	-	100382/2006	-
Itiquira	-	-	-	-	43800/2006	-
Juscimeira	48232/2006	114/2006	-	-	-	-
Marcelândia	-	-	57215/2006	2608/2006	-	-
Matupá	36196/2006	124/2006	-	-	-	-
Nova Monte	50814/2006	146/2006	-	-	-	-



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_\_

Município	Parecer Prévio Contrário		Julgamento Câmara Municipal - contas irregulares		Denúncias procedentes	
	Processo	Parecer	Processo	Acórdão	Prefeitura Municipal	Câmara Municipal
Verde						
Nova Brasilândia	48631/2006	74/2006	-	-	-	-
Nova Canaã do Norte	-	-	-	-	54216/2006	-
Nova Marilândia	41980/2006	52/2006	-	-	-	-
Nova Nazaré	47937/2006	116/2006	-	-	-	-
Novo Mundo	60542/2006	128/2006	-	-	-	-
Poconé	32158/2006	37/2006	39209/2006	3146/2006	-	-
Porto Esperidião	47163/2006	152/2006	-	-	-	-
Porto Estrela	-	-	-	-	185485/2005 141046/2005	-
Primavera do Leste	42528/2006	120/2006	37532/2006	3191/2006	-	-
Rosário Oeste	47198/2006	153/2006	83127/2006	3189/2006	-	-
Salto do Céu	46639/2006	155/2006	-	-	-	-
Santa Terezinha	47384/2006	43/2006	-	-	-	-
Santo Afonso	37311/2006	44/2006	-	-	-	-
Santo Antonio do Leste	49999/2006	130/2006	-	-	-	-
São Felix do Araguaia	-	-	-	-	183130/2006	-
São Pedro da Cipa	62308/2006	123/2006	-	-	59676/2007	-
Sinop	-	-	32832/2006	3169/2006	-	53686/2006
Várzea Grande	-	-	-	-	160172/2006	

Fonte: Relatório conclusivo da Comissão de Apuração – Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” – Ano base 2005

### 3. CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO:

Atendidas as condições gerais, estarão aptos a serem premiados os Municípios que, em 2005, tenham atingido no mínimo 80 pontos no critério regularidade, apurado





# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

tomando por base o cumprimento dos limitadores constitucionais e legais, em especial os da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a observância às regras para o encaminhamento de documentos e informações ao TCE/MT, de acordo com o quadro a seguir:

**Quadro 3 – Critério Regularidade – Municípios – Ano Base 2005. TCE/MT**

REQUISITO	ENTIDADES	INDICADOR	LIMITE	PONTUAÇÃO
-----------	-----------	-----------	--------	-----------



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_\_

Indicadores fiscais (60 pontos)	Prefeitura Municipal	Competência tributária própria (art. 11, LRF)	Resultado do esforço de arrecadação superior à média aritmética simples do percentual da arrecadação de receita tributária própria dos municípios do Estado em relação à receita total	15 pontos
	Prefeitura Municipal	Gastos com pessoal (art. 19, LRF)	Máximo de 54% s/ a RCL	45 pontos
		Dívida contraída (art. 30, LRF. Res. SF nº 40 e 43/2001)	Máximo de 16% s/ a RCL	
		Dívida amortizada (art. 30, LRF. Res. SF nº 40 e 43/2001)	Máximo de 11,5% s/ a RCL	
		Dívida total (art. 30, LRF. Res. SF nº 40 e 43/2001)	Máximo de 120% s/ a RCL	
		Ensino (art. 212, CF)	Mínimo de 25% s/ a receita base <sup>(1)</sup>	
		Saúde (art. 77, III, ADCT)	Mínimo de 15% s/ a receita base <sup>(2)</sup>	
	Câmara Municipal	Gasto total (art. 29-A, CF)	Máximo variável de acordo com o art. 29-A da CF <sup>(3)</sup>	
		Despesa com pessoal (art. 19, LRF)	Máximo de 6% s/ a RCL	
		Folha de pagamento (§ 1º, art. 29-A, CF)	Máximo de 70% s/ a sua receita	



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

Remessa de documentos e informações ao TCE/MT (40 pontos)	Prefeituras e Câmaras Municipais	Remessa no prazo (art. 208 e § 1º, art. 209, CE)	Contas anuais	20 pontos
			Balancetes mensais	
		Remessa do ano (Res. TCE/MT nº 02/2003 e IN TCE/MT nº 02/2005)	Sistema LRF-Cidadão	20 pontos
			Sistema APLIC	

Fonte: TCE/MT – Portaria nº 145/2007

De acordo com relatório apresentado pela Comissão de Avaliação e Validação, apesar de terem atendido as condições gerais, não terão direito a receber o Prêmio Rui Barbosa - “Melhores Contas” – Ano base 2005, por não terem obtido a pontuação mínima estabelecida (80 pontos) no critério regularidade, os seguintes Municípios:

**Quadro 4 – Municípios concorrentes ao Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” – Ano base 2005 - que não atingiram a pontuação mínima – critério regularidade. TCE/MT**

Município	Pontuação	Município	Pontuação	Município	Pontuação
Alto Garças	65	Rondonópolis	60	Ribeirão Cascalheira	45
Alto Paraguai	65	Santo Antônio do Leverger	60	Rio Branco	45
Canabrava do Norte	65	São José dos Quatro Marcos	60	Santa Carmem	45
Figueirópolis D' Oeste	65	Sapezal	60	Santa Cruz do Xingu	45
Juruena	65	Tabaporã	60	São José do Povo	45
Lambari D' Oeste	65	Tangará da Serra	60	Serra Nova Dourada	45
Luciara	65	Campo Verde	55	Terra Nova do Norte	45
Nobres	65	Acorizal	45	Tesouro	45
Nossa Senhora do Livramento	65	Alto Araguaia	45	Torixoréu	45
Novo Santo Antônio	65	Apiacás	45	União do Sul	45
Pedra Preta	65	Araguainha	45	Vale do São Domingos	45
Planalto da Serra	65	Carlinda	45	Vera	45
Ribeirãozinho	65	Castanheira	45	Vila Bela da Santíssima	45



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

				Trindade	
Rondolândia	65	Cláudia	45	Barra do Garças	35
São José do Rio Claro	65	Colniza	45	Tapurah	35
São José do Xingu	65	Conquista D' Oeste	45	Vila Rica	35
Alto Taquari	60	Curvelândia	45	Araguaiana	20
Cuiabá	60	Diamantino	45	Arenápolis	20
Guarantã do Norte	60	Dom Aquino	45	Cotriguaçu	20
Ipiranga do Norte	60	Feliz Natal	45	Guiratinga	20
Jauru	60	Glória do Oeste	45	Nova Bandeirante	20
Lucas do Rio Verde	60	Jangada	45	Porto Alegre do Norte	20
Nova Mutum	60	Nova Guarita	45	Cáceres	15
Nova Olímpia	60	Nova Santa Helena	45	Chapada dos Guimarães	15
Nova Ubiratã	60	Novo Horizonte do Norte	45	Cocalinho	15
Nova Xavantina	60	Peixoto de Azevedo	45	Pontal do Araguaia	0
Paranaíta	60	Poxoréo	45	Ponte Branca	0
Pontes e Lacerda	60	Reserva do Cabaçal	45		

Fonte: Relatório conclusivo da Comissão de Apuração – Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” – Ano base 2005

Assim, foram indicados como aptos ao recebimento da honraria, de acordo com o relatório da Comissão de Avaliação e Validação, os Municípios relacionados a seguir, que obtiveram a seguinte pontuação:

**Quadro 5 – Municípios aptos a receberem o Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas”**  
**Ano base 2005. TCE/MT**

MUNICÍPIOS	PONTUAÇÃO
Campos de Júlio	100
Santa Rita do Trivelato	100
Aripuanã	85
Nortelândia	85
Água Boa (*)	80
Campo Novo do Parecis	80
Canarana (*)	80
Jaciara (*)	80



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

Juara	80
Juína	80
Mirassol D'Oeste	80
Nova Lacerda	80
Nova Maringá	80
Novo São Joaquim	80
Paranatinga	80
Porto dos Gaúchos	80
Querência	80
Sorriso (*)	80

Fonte: Relatório conclusivo da Comissão de Apuração – Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” – Ano base 2005

(\*) com as ressalvas apresentadas no item 4

## 4. SOLUÇÃO ÀS PENDÊNCIAS:

De acordo com o relatório da Comissão de Avaliação e Validação, tramitam nesta Corte de Contas 04 processos de denúncias ainda não julgados, cujos resultados podem ou não influenciar na exclusão de municípios considerados aptos a receber a premiação. São eles:

### Quadro 6 – Processos de denúncias pendentes de julgamento – Municípios aptos ao recebimento do Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” – Ano base 2005. TCE/MT

CONS. RELATOR	MUNICÍPIO	ANO DE REFERÊNCIA	Nº PROCESSO
Valter Albano da Silva	Canarana	2005, 2006 e 2007	12.944-5/2007
	Porto dos Gaúchos	2005	8.268-6/2006
	Jaciara	2005	4.374-5/2006
Júlio José de Campos	Água Boa	Processo não disponibilizado	4.565-9/2006

Fonte: Relatório conclusivo da Comissão de Apuração – Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” – Ano base 2005

Ainda de acordo com relatório da Comissão de Avaliação e Validação, o levantamento da situação de tais processos junto às Secretarias de Controle Externo das Relatorias correspondentes, indicou o seguinte:



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

**Quadro 7 – Situação dos processos de denúncias - Municípios aptos ao recebimento do Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” – Ano base 2005. TCE/MT**

MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO
Canarana	A denúncia foi protocolada em julho/2007 – a análise preliminar indica impossibilidade de apuração dos fatos referentes ao exercício de 2005.
Porto dos Gaúchos	Denúncia analisada e informada opinando pela procedência dos fatos denunciados.
Jaciara	Denúncia analisada e informada opinando pela improcedência dos fatos denunciados.
Água Boa	A denúncia foi protocolada em abril/2006, com o seguinte teor: “o denunciante alega que, na região do baixo araguaia, os administradores públicos do exercício de 2006 e 2005 estão adquirindo os materiais do tipo: papelaria, informática, limpeza, utensílios em geral, por meio de “notas frias”. Denúncia não apurada.

Fonte: TCE/MT – informações das Secretarias de Controle Externo da Quarta e Quinta Relatorias

Considerando a situação apresentada, entendemos prudente a exclusão do Município de Porto dos Gaúchos do rol de municípios aptos à premiação, vez que, ainda que o Tribunal Pleno não tenha se manifestado no processo correspondente, a tendência é pela procedência da denúncia, o que retira o município da condição até mesmo de concorrer ao prêmio.

Em situação inversa, entendemos justa a manutenção de Canarana e Jaciara no rol dos Municípios a serem premiados, vez que, ainda que os processos respectivos não tenham sido definitivamente concluídos, a tendência é pela impossibilidade de apuração dos fatos ou pela improcedência da denúncia.

Da mesma forma, entendemos pertinente a manutenção de Água Boa entre os Municípios a serem premiados, haja vista que a denúncia, em análise preliminar, não preencheu os requisitos de admissibilidade.

## 5. DOS FATOS RELEVANTES CONSTATADOS NO EXERCÍCIO 2006:



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

Tendo em vista as considerações apresentadas pela Comissão de Avaliação e Validação e já transcritas no item 1 deste Relatório, e com o objetivo de não macular a finalidade desta Corte de Contas na instituição da premiação, consideramos relevante excluir do rol de Municípios aptos aqueles que, relativamente às contas 2006 dos Poderes Executivo e Legislativo, tenham recebido parecer prévio contrário à aprovação ou sido julgadas irregulares, respectivamente, pelo Tribunal Pleno.

Até esta data, esta é a situação das referidas contas:

## Quadro 8 – Contas anuais 2006. Municípios aptos à premiação. TCE/MT

MUNICÍPIOS	PARECER PRÉVIO CONTAS 2006	JULGAMENTO CÂMARA MUNICIPAL CONTAS 2006
Campos de Júlio	Favorável	<b>PENDENTE (DECISÃO PRELIMINAR ACORDÃO N° 1927)</b>
Santa Rita do Trivelato	Favorável	Regular c/ Determinação
Aripuanã	Favorável	Regular c/ Determinação
Nortelândia	Favorável	Regular c/ Determinação
Água Boa	Favorável	<b>PENDENTE (DECISÃO PRELIMINAR ACORDÃO N° 2648)</b>
Campo Novo do Parecis	<b>CONTRÁRIO</b>	Regular c/ Determinação
Canarana	<b>PENDENTE</b>	<b>PENDENTE</b>
Jaciara	Favorável	Regulares
Juara	Favorável	Regular c/ Determinação
Juína	Favorável	Regular c/ Recomendação
Mirassol D'Oeste	Favorável	Regular c/ Determinação
Nova Lacerda	<b>CONTRÁRIO</b>	Regular c/ Recomendação
Nova Maringá	Favorável	Regular c/ Determinação
Novo São Joaquim	Favorável	Regular c/ Determinação
Paranatinga	<b>PENDENTE</b>	<b>PENDENTE</b>
Querência	Favorável	Regular c/ Determinação
Sorriso	Favorável	<b>PENDENTE</b>

Sendo assim, pelas razões indicadas, excluímos Campo Novo dos Parecis e Nova Lacerda do rol de Municípios aptos à premiação.



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

Preliminarmente, portanto, indicamos à premiação os Municípios a seguir relacionados com as respectivas pontuações obtidas no critério regularidade. A lista definitiva será apresentada após a apreciação das contas anuais 2006 do Chefe do Poder Executivo de Canarana e Paranatinga e julgamento definitivo das contas anuais 2006 dos Chefes dos Poderes Legislativo dos Municípios de Campos de Júlio, Água Boa, Canarana, Paranatinga e Sorriso, o que deverá ser priorizado pelo Tribunal Pleno, a fim de viabilizar a realização da sessão especial de premiação em 28.11.2007.

**Quadro 9 – LISTAGEM PRELIMINAR. Municípios a serem premiados**  
**Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas”**  
**Ano base 2005.. TCE/MT**

MUNICÍPIOS	PONTUAÇÃO
Campos de Júlio (*)	100
Santa Rita do Trivelato	100
Aripuanã	85
Nortelândia	85
Água Boa (*)	80
Canarana (*)	80
Jaciara	80
Juara	80
Juína	80
Mirassol D'Oeste	80
Nova Maringá	80
Novo São Joaquim	80
Paranatinga (*)	80
Querência	80
Sorriso (*)	80

(\*) contas anuais 2006 pendentes de apreciação e julgamento.

## 6. DAS SUGESTÕES PARA A PREMIAÇÃO NOS EXERCÍCIOS FUTUROS:





# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

Acatamos as sugestões da Comissão de Avaliação e Validação, para determinar que, para facilitar o trabalho da Comissão de Apuração nas próximas edições do certame, sejam adotadas as seguintes rotinas pela equipes das unidades responsáveis:

1. relativamente aos processos de denúncias: que se registre, no Sistema Control-P, o exercício a que se referem os fatos denunciados;
2. relativamente aos relatórios técnicos, pareceres prévios e acórdãos - que contenham a indicação dos índices dos limites constitucionais e legais.

Sugere, ainda, a referida Comissão, que o Prêmio seja concedido a partir da competência 2011 ao Estado e/ou Municípios que atingirem padrão de efetividade, eficácia e eficiência nas políticas públicas relativas às áreas de educação, saúde, segurança, transporte e renda, aferido por meio da avaliação de resultados de políticas públicas realizada por esta Corte de Contas. Entendemos relevante a adoção desse critério a partir de 2011, vez que dessa forma o TCE/MT estará premiando gestores que efetivamente atuarem na satisfação dos interesses do cidadão, com qualidade.

Entretanto, somos da opinião de que o Prêmio seja oferecido aos gestores também nos exercícios anteriores, como forma de incentivar a gestão fiscal e previdenciária responsável, razão pela qual acatamos também as sugestões apresentadas pela referida Comissão com o objetivo de nortear os trabalhos de reformulação das condições e critérios para as premiações futuras, as quais devem ser consideradas pela equipe a ser designada para tal atividade. São elas:

## **a. CONDIÇÕES PARA CONCORRÊNCIA AO PRÊMIO:**

Poderão concorrer ao Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas” o Estado e Municípios cujos Poderes e Órgãos da Administração Direta e Indireta:



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

- relativamente ao exercício de referência, tenham suas contas de governo, contas de gestão e, se for o caso, tomadas de contas, recebido Parecer prévio favorável à aprovação ou julgadas regulares pelo Tribunal Pleno;
- tenham sido consideradas improcedentes as denúncias e representações relativas ao exercício de referência;
- não tenham sido constatados fatos negativos tendentes a macular a finalidade da premiação em exercícios subseqüentes ao de referência.

## b. CRITÉRIOS PARA A PREMIAÇÃO DO ESTADO:

Os critérios para a premiação do Estado deverão ser definidos posteriormente, considerando que não foram estabelecidos pela Portaria n° 145/2007.

## c. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS À PREMIAÇÃO:

**Quadro 10 – Critério Regularidade – Prêmio Rui Barbosa “Melhores Contas”**

REQUISITO	ENTIDADES	INDICADOR	LIMITE	PONTUAÇÃO
Indicadores fiscais (60 pontos)	Prefeitura Municipal	Competência tributária própria (art. 11, LRF)	Resultado do esforço de arrecadação superior à média aritmética simples do percentual da arrecadação de receita tributária própria dos municípios do Estado em relação à receita total	15 pontos



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

	Prefeitura Municipal	Gastos com pessoal (art. 19, LRF)	Máximo de 54% s/ a RCL	45 pontos
		Dívida contraída (art. 30, LRF. Res. SF n° 40 e 43/2001)	Máximo de 16% s/ a RCL	
		Dívida amortizada (art. 30, LRF. Res. SF n° 40 e 43/2001)	Máximo de 11,5% s/ a RCL	
		Dívida total (art. 30, LRF. Res. SF n° 40 e 43/2001)	Máximo de 120% s/ a RCL	
		Ensino (art. 212, CF)	Mínimo de 25% s/ a receita base <sup>(1)</sup>	
		Saúde (art. 77, III, ADCT)	Mínimo de 15% s/ a receita base <sup>(2)</sup>	
	Câmara Municipal	Gasto total (art. 29-A, CF)	Máximo variável de acordo com o art. 29-A da CF <sup>(3)</sup>	
		Despesa com pessoal (art. 19, LRF)	Máximo de 6% s/ a RCL	
		Folha de pagamento (§ 1º, art. 29-A, CF)	Máximo de 70% s/ a sua receita	
Indicadores previdenciários <b>(novo)</b>	RPPS	CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária	Emissão pelo MPS	20 pontos



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

		Despesas administrativas	Máximo de 2% sobre a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do exercício anterior	
Remessa de documentos e informações ao TCE/MT (alterado) (40 pontos)	Poderes e Órgãos da Administração Direta e Indireta Municipal	Remessa <b>no prazo</b> (art. 208 e § 1º, art. 209, CE)	Contas anuais	20 pontos
			Balancetes mensais	
			<b>Peças de planejamento</b>	
			Sistema LRF-Cidadão	
			Sistema APLIC	

Para a pontuação, observar:

- serão atribuídos no máximo 60 pontos para a observância dos indicadores fiscais, considerando a competência na arrecadação tributária (15 pontos) e a observância de limites constitucionais e legais (45 pontos);
- os 45 pontos atribuídos ao cumprimento dos indicadores fiscais referentes aos limites constitucionais e legais relativos a gastos com pessoal da Prefeitura e da Câmara Municipal, dívida, ensino, saúde, gasto total e com folha de pagamento da Câmara Municipal, serão computados quando atendidos todos os limites, conjuntamente;
- serão atribuídos 20 pontos para o critério “administração previdenciária”, considerado para o RPPS com CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária emitido pelo MPS e que tenha cumprido o limite máximo na realização de despesas administrativas do respectivo regime (**novo**);
- serão atribuídos 20 pontos para o critério “Remessa de documentos e informações ao TCE/MT”, que levará em consideração a observância conjunta dos prazos de



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

encaminhamento de contas anuais, balancetes mensais, peças de planejamento e informes dos Sistemas APLIC e LRF-Cidadão, devidamente validados, ao TCE/MT, por todos os Poderes e Órgãos da Administração Direta e Indireta Municipal;  
**(alterado)**

- a honraria será concedida aos municípios que obtiverem pontuação mínima de 80 pontos, considerando-se a pontuação máxima de 100 pontos;
- a pontuação obtida pelo Município será registrada no verso do diploma de honra ao mérito.

É o relatório.

Cons. José Carlos Novelli  
Presidente do TCE/MT  
Presidente da Comissão de Julgamento

Cons. Valter Albano da Silva  
Vice-Presidente

Cons. Ary Leite de Campos  
Corregedor Geral

Cons. Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli  
Conselheiro

Cons. Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto  
Conselheiro

Cons. Júlio José de Campos  
Conselheiro



# Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

TC
Fls. _____
Rub. _____

---

Cons. Alencar Soares Filho

Conselheiro